

Favorecimento de fornecedores, vazamento de informações e fraudes nos pagamentos estão entre os riscos detectados pela consultoria a partir da análise de casos investigados em empresas brasileiras. Colarinho branco tem 57% da participação nas ações fraudulentas.

Uma pesquisa da Protiviti Brasil, consultoria global especializada em Gestão de Riscos e Compliance, aponta a participação massiva de funcionários internos em casos de fraudes. O resultado do estudo baseia-se na análise de 43 casos de fraudes corporativas investigados pela Protiviti nos últimos dois anos. De acordo com o levantamento, 57% das ações fraudulentas são cometidas por gerentes e diretores, enquanto 43% são realizadas por funcionários abaixo do nível executivo.

O foco da pesquisa é detectar as principais vulnerabilidades existentes nas relações comerciais entre companhias e fornecedores. De acordo com o levantamento há três principais riscos que rondam as organizações atualmente. São eles: a clássica fraude interna; o conluio entre funcionário interno e colaboradores de outras organizações; e a contratação de empresas vírus, que são empresas criadas com o objetivo único e exclusivo de cometer fraudes.

Dos casos de fraudes internas investigados, 58,4% envolvem o favorecimento de fornecedores, o conflito de interesse envolvendo amigos e familiares dos funcionários e fraudes de pagamentos. “Áreas críticas como compras, vendas ou relacionamentos com cliente são as principais portas de entrada para este tipo de fraude”, explica Antonio Carlos Hencsey, líder da prática de Ética e Compliance da Protiviti e um dos coordenadores da pesquisa “Perfil da fraude no mercado brasileiro”.

Já nos casos que envolvem empresas parceiras, que é quando há conluio entre funcionários de uma ou mais instituições, o relatório alarma que 41,18% das vulnerabilidades são ligadas a propinas, enquanto 39,22% são de apropriação indébita. Em menores proporções, estão o conflito de interesses, com 15,69%, e a corrupção de agentes públicos, com 3,92%. Vale destacar que 58,82% das organizações envolvidas em conluio são prestadores de serviços e consultoria, justamente pela dificuldade de mensuração e controle das entregas às empresas vítimas. Nestes casos isolados, 62% têm a participação do alto nível executivo.

“Do total de empresas avaliadas, 24% sofreram ataques de empresas vírus, situação que poderia ser evitada se houvesse uma análise técnica dos fornecedores dessas companhias por meio de processos como o Due Diligence de terceiros”, complementa Hencsey.

Desse total, 15% das empresas vírus não estavam com os registros ativos e 85,7% atuam como fornecedores ou prestadores de serviços. Nestes casos, 75% dos funcionários da empresa vítima envolvidos são de alto escalão.

“São indicadas como medidas preventivas a realização de processos seletivos que analisem a flexibilidade moral dos colaboradores e a implementação de práticas de compliance. Essas iniciativas são fundamentais para a sustentabilidade do negócio e redução dos riscos de fraudes advindas de relações comerciais predatórias, que no final das contas achancam o lucro das empresas”, finaliza Hencsey.

**Fonte:** IMAGE, em 24.04.2017.